

# INTEGRAÇÃO EURO-ATLÂNTICA: A POLÍTICA EXTERNA NORTE-AMERICANA PARA O LESTE EUROPEU NO PÓS-GUERRA FRIA

EURO-ATLANTIC INTEGRATION: US FOREIGN POLICY TOWARDS EASTERN EUROPE IN THE POST-COLD WAR ERA

Luana Margarete Geiger<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo tem como objeto de estudo a integração Euro-Atlântica e analisa a influência da política externa norte-americana pós-Guerra Fria nos alargamentos da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e da União Europeia (UE), que passaram a integrar países da Europa Oriental. Para isso, será definido o conceito de integração Euro-Atlântica, seguido pela apresentação de um breve panorama da política externa dos Estados Unidos para o Leste Europeu depois da desintegração soviética. A profundidade da integração Euro-Atlântica será exemplificada através da apresentação do caso dos regimes autoritários que prontamente se engajaram em processos cooperativos e de ocidentalização, contribuindo com as estratégias norte-americanas para a região: os países Bálticos.

## PALAVRAS-CHAVE

Integração Euro-Atlântica; Política externa norte-americana; OTAN; União Europeia; Países Bálticos; Leste Europeu.

## ABSTRACT

This article studies Euro-Atlantic integration and analyzes the influence of U.S. post-Cold War foreign policy in the enlargements of the North Atlantic Treaty Organization (NATO) and of the European Union (EU), which began to integrate Eastern European countries. To achieve this, the concept of Euro-Atlantic integration will be defined, followed by a presentation of a brief overview of U.S. foreign policy to Eastern Europe after the Soviet disintegration. The depth of Euro-Atlantic integration is exemplified by presenting the case of the former authoritarian regimes who promptly engaged in cooperative processes and Westernization, contributing to U.S. strategies for the region: the Baltic countries.

## KEYWORDS

Euro-Atlantic Integration; U.S Foreign policy; NATO; European Union; Baltic States; Eastern Europe.

---

<sup>1</sup> Graduanda em Relações Internacionais pela Escola Superior de Propaganda e Marketing – Sul (ESPM-SUL). Email: lgeiger@acad.espm.br.

## INTRODUÇÃO

A região do Leste Europeu foi disputada como zona de influência e visualizada como tal desde antes da Guerra Fria – período em que fez parte o Pacto de Varsóvia<sup>2</sup> e representou importante zona de influência para aquelas que eram, na época, as duas superpotências dominantes no Sistema Internacional: os Estados Unidos e a União das Repúblicas Soviéticas (URSS). Os resultados e consequências das disputas que ali ocorreram se refletiram nas políticas internas e externas adotadas nesses países após as suas independências e mostram uma ocidentalização e uma integração Euro-Atlântica cada vez maior na região. Esse perfil pode ser exemplificado, contemporaneamente, pela adesão de grande parte dos países da Europa Oriental a blocos econômicos e organizações internacionais como a União Europeia (UE) e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

A contenção do bloco socialista foi o guia e o referencial central da política externa norte-americana, que ainda prevê, mesmo depois do colapso da URSS, o dever e a missão de proteger o seu poder sistêmico contra potenciais ameaças vindas do Leste Europeu (PECEQUILO, 2005, p. 161 e 168), mantendo a sua influência na região e, assim, afastando o perigo representado por aqueles que já defenderam ideais socialistas. Indo contra análises que diminuem o caráter estratégico contemporâneo da região, os Estados Unidos reforçam o seu posicionamento nesses países – o que obteve reflexo nos alargamentos de instituições como a UE e a OTAN, que permitiram a entrada de países da Europa Oriental aos seus quadros de membros, contribuindo para a perpetuação de ideais ocidentais como a democracia, a defesa dos direitos humanos e a existência de uma economia de mercado nos países envolvidos.

Este artigo, pois, visa analisar a política externa dos Estados Unidos para o Leste Europeu após a desintegração da URSS e a sua influência nesta região, levando em consideração a importância estratégica desta e os consequentes desdobramentos da integração Euro-Atlântica. Será também exposto aquele que seria o cenário ideal para o alastramento dos interesses dos Estados Unidos na região, representado pelo caso das nações Bálticas. A relevância deste tema encontra-se no fato de ajudar a mensurar e entender o impacto das disputas por influência na região e os resultados práticos destas, além de oportunizar a compreensão dos diferentes níveis de aceitação dessas influências por parte das ex-repúblicas soviéticas e de buscar conhecer a dinâmica e as estratégias atuais da integração Euro-Atlântica.

A análise terá como ponto de partida a definição do conceito de integração Euro-Atlântica, seguida de um panorama da política externa dos Estados Unidos com relação aos ex-regimes autoritários europeus. A partir disso, os desdobramentos recentes da integração Euro-Atlântica serão apresentados, dando enfoque aos alargamentos da UE e da OTAN. Por fim, e de forma a exemplificar e representar com maior especificidade tal integração, será apresentado o caso dos países Bálticos – formados pela Lituânia, Estônia e Letônia, que configuram uma região estratégica e conflituosa, cujos países representam hoje as ex-repúblicas soviéticas que mais se afastaram de governanças centralizadoras e autoritárias – como representantes do cenário ideal para a combinação das políticas de influência norte-americanas para a Europa Oriental, com a intenção de ocidentalização por parte de alguns países dessa região.

Esta se trata de uma pesquisa de vertente qualitativa, partindo da coleta de dados em fontes bibliográficas documentais e digitais. Assim, para entender a influência da política externa norte-americana nos desdobramentos da integração Euro-Atlântica, será estabelecido um diálogo com Cristina Soreanu Pecequilo, Zbigniew Brzezinski e Stephen M. Walt, os principais teóricos pesquisados para a realização deste estudo.

## **A INTEGRAÇÃO EURO-ATLÂNTICA**

A Integração Euro-Atlântica é formada pelo conjunto de alianças, parcerias e alinhamentos que envolvem os Estados Unidos e os países europeus nas mais diversas esferas, entre elas a política, a militar, a estratégica, a econômica, a comercial e a cultural. Conforme definido por Walt (1987), uma aliança formal ou informal representa uma relação de cooperação entre dois ou mais Estados soberanos. Essa definição assume um nível de comprometimento e troca de benefícios para todas as partes.

O termo, que afeta ambos os lados – Estados Unidos e Europa – há mais de sessenta anos, passou a adquirir ainda mais popularidade ao aumentar a aproximação com os países da Europa Central e Leste, através da inclusão destes às instituições que formalizam tal integração. Conforme apresentado no Fórum de Bruxelas<sup>3</sup>, a integração Euro-Atlântica – que durante a Guerra Fria poderia ser exemplificada através de políticas como a Doutrina Truman e o Plano Marshall, ambas as políticas norte-americanas de auxílio à Europa – atualmente se refere principalmente à inclusão de países da Europa Oriental à OTAN e à UE e aos esforços por parte dessa região para se

---

<sup>2</sup> Pacto de Varsóvia – Aliança militar formada durante a Guerra Fria e liderada pela União Soviética.

reconectar com a comunidade do Oeste. A integração Euro-Atlântica não se inicia quando um país afirma o seu compromisso como candidato da OTAN ou da UE e não termina no momento de adesão. Trata-se de um processo complexo e profundo, que cobre uma sequência de cooperação, extensão de parcerias, associação através das organizações internacionais e aprofundamento da integração nas diferentes esferas: econômica, política, social, cultural e estratégica (GEOANA, 1997).

Um dos focos da política externa estadunidense pós-Guerra Fria está no seu reposicionamento estratégico na Eurásia – soma do continente europeu ao asiático –, o que corresponde em grande parte à expansão das já citadas instituições (PECEQUILO, 2005). Embora, segundo Ikenberry (1989), os Estados Unidos tenham sido praticamente convidados pelos próprios europeus a se tornarem um Império Atlântico, no momento em que os norte-americanos perceberam que não seria mais possível representar um mundo em si mesmos, eles buscaram por mecanismos e parceiros que seriam domesticados, de forma a reproduzir em escala internacional o espírito e a prática do seu experimento liberal (PECEQUILO, 2005 apud HENDRICKSON, 1998). A necessidade de zelo pelos países foco da cobiça soviética é reforçada com o seguinte posicionamento norte-americano: “... os problemas da Europa [...] não são 'problemas de outras pessoas'; eles são nossos.” (STIMSON, 1997, p.7).

Os Estados Unidos apresentam grande interesse na evolução dos processos de integração e o seu envolvimento vai além da OTAN. A partir da assinatura da Nova Agenda Transatlântica – documento assinado por representantes dos Estados Unidos e da União Europeia e que prevê os principais objetivos de atuação conjunta –, os Estados Unidos e a UE aproximaram ainda mais as suas economias, fortificando uma das maiores relações comerciais do planeta. A tendência nesses relacionamentos é de aprofundamento gradual da integração e do nível cooperativo – que já vão muito além do âmbito comercial, abordando também questões como a segurança, a aplicação de políticas, legislações, a justiça, questões energéticas, o meio ambiente, ciências e a educação (UNIÃO EUROPEIA, 2013).

## **A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS PARA O LESTE EUROPEU**

Durante a Guerra Fria, a política externa dos Estados Unidos perdeu o seu caráter isolacionista e assumiu o internacionalismo, em uma posição de liderança e hegemonia, sob os preceitos da contenção do bloco socialista (PECEQUILO, 2005, p.

163). Depois do desfecho desse conflito, e com a derrota do inimigo soviético, os Estados Unidos procuram sustentar a sua hegemonia e evitar o surgimento de novas ameaças aos seus ideais através da construção de um sistema vasto e complexo, sustentado por arranjos e alianças cooperativas, enfatizando a tomada de decisão consensual e aproximando as demais fontes de poder (BRZEZINSKI, 1997).

Para tanto, são realizados investimentos constantes em regiões-chave, nas quais os Estados Unidos têm maior interesse em manter o seu controle, poder e influência. A Europa é percebida como uma aliada natural, que funciona como uma ponte para a disseminação dos ideais norte-americanos de democracia através da integração desse continente com os Estados Unidos (BRZEZINSKI, 1997). A região da antiga URSS, porém, é classificada como um buraco negro, sendo que a Rússia – como a maior herdeira soviética – ainda deve ser contida (BRZEZINSKI, 1997). Uma das formas de manter esse país controlado é através da integração norte-americana com países fronteiriços ou próximos ao território russo, os quais já estiveram sob a esfera de influência soviética e cada vez mais voltam as suas políticas externas para o Ocidente. Faz parte dos interesses norte-americanos consolidar e manter o pluralismo geopolítico no mapa da Eurásia (BRZEZINSKI, 1997).

A política externa norte-americana para a Eurásia apresenta uma continuidade entre temas históricos e contemporâneos. Mesmo no pós-Guerra Fria, não foram alterados os padrões dos seus engajamentos com relação a essa região. Apesar da ausência soviética, a prioridade permaneceu sendo a prevenção do surgimento de um poder hegemônico na Eurásia que viesse a ameaçar ou contestar o poder norte-americano na ordem estabelecida (PECEQUILO, 2005). Apesar de não defenderem uma nova contenção, as estratégias ainda consideraram a Rússia como uma nação dotada de poder e oportunamente ameaçadora.

Assim sendo, a segurança da Europa foi e é considerada como um interesse vital dos Estados Unidos em termos regionais, principalmente no início da década de 1990, e todos os níveis da integração Euro-Atlântica são valorizados, visando o fortalecimento e o aprofundamento dos seus laços. Especificamente, são valorizadas as funções da OTAN e da UE. Através do alargamento dessas organizações, os Estados Unidos alegam tornar o continente cada vez mais cooperativo e livre das ameaças do passado, ao mesmo tempo em que aproximam politicamente uma importante região estratégica. Conforme explica Brzezinski (1997), sobre o interesse norte-americano no alargamento das instituições que aproximam os Estados Unidos e a Europa:

[...] A Europa é ponte geopolítica essencial para os Estados Unidos no continente eurásiano. A participação geoestratégica deste país na Europa é enorme. [...] A aliança atlântica projeta a influência política e o poder militar norte-americano diretamente no continente eurásiano. Nesta fase das relações entre norte-americanos e europeus, estando as nações aliadas da Europa ainda altamente dependentes da proteção dos Estados Unidos, qualquer expansão no âmbito da Europa torna-se automaticamente uma expansão no âmbito de influência direta dos Estados Unidos também. Por outro lado, sem estreitos laços transatlânticos, a primazia dos Estados Unidos na Eurásia desaparece rapidamente; o controle americano sobre o Oceano Atlântico é comprometido, bem como a capacidade de projetar poder e influência mais profundamente na Eurásia (BRZEZINSKI, 1997, p. 30, tradução da autora).

Conforme publicado pelo governo norte-americano, o relacionamento com os seus aliados é o centro dos engajamentos internacionais dos Estados Unidos (THE WHITE HOUSE, 2010). A política norte-americana de expandir a abrangência de sua esfera de influências no Leste Europeu está, portanto, alinhada à necessidade de manutenção da sua posição no Sistema Internacional e do objetivo de manter contidas e enquadradas as fontes de poder que possam ameaçar a ordem estabelecida depois da Guerra Fria. Representando o ponto de encontro entre o Leste e o Oeste, a Europa Oriental segue sendo uma região estratégica que afeta o balanço de poder do cenário internacional. Assim sendo, a política externa norte-americana mantém os seus engajamentos de caráter integrativo, aproximando as nações do Leste através da criação de estruturas cooperativas e da ampliação daquelas que já existem.

## **OS ALARGAMENTOS DA UNIÃO EUROPEIA E DA ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE**

Conforme Pecequilo (2005), os alargamentos da OTAN e da UE estão ligados à necessidade de adaptação dessas instituições ao Sistema Internacional no Pós-Guerra Fria. A partir da desintegração da URSS, surgiu a necessidade de reestabelecer as estratégias norte-americanas – antes focadas na contenção do socialismo –, dando a elas um caráter de reafirmação e manutenção da influência dos Estados Unidos no continente europeu através da formação de um núcleo de responsabilidade compartilhada com níveis de cooperação profundos e englobando o maior número de países possível.

Tanto os Estados Unidos quanto os países europeus comprometeram-se em manter a OTAN, mesmo depois de findada a sua missão contra o bloco soviético (PECEQUILO, 2005). Sendo essa organização o principal sustentáculo da aliança Euro-

Atlântica, depois de um período de incertezas e questionamentos com relação à sua legitimidade e função pós-Guerra Fria, em novembro de 1991, a OTAN publicou o seu novo conceito estratégico, de caráter principalmente político, ampliando o seu alcance e os níveis da integração em questões de segurança, diálogo e cooperação entre os seus membros. De acordo com Bennett (2003), uma das grandes alterações nas práticas da OTAN foi a forma com que esta passou a se engajar na formação de parcerias com países ainda não membros e demais instituições internacionais – o que resultou na criação de fóruns e programas para ajudar na transição democrática da Europa Oriental.

Ainda segundo Bennett (2003), a mão da amizade, estendida pela Organização aos países da Europa Oriental frente à desintegração da URSS, lançou a aproximação da Organização com países ainda não membros, da região Leste. A primeira manifestação neste âmbito foi a criação, em 1991, do Conselho de Cooperação do Atlântico Norte (CCAN) – que alterou o seu nome e desde 1997 é chamado de Conselho de Parceria Euro-Atlântico (CPEA) –, como fórum de debates e promoção de questões de segurança. Em 1994 é lançada a “Parceria para a Paz”, programa amplo de cooperação bilateral entre a OTAN e os países parceiros individualmente (OTAN, 2013a, p.1). A partir destes desdobramentos, a integração da OTAN com cada país do Leste Europeu passou a avançar com maior velocidade e ganhou profundidade, estreitando os relacionamentos. Além dos programas e das parcerias criadas, foram também promovidas a reforma e a expansão da OTAN, definindo-se novos membros e atuações para a organização. Desde 1949, o número de países membros da OTAN aumentou de doze para vinte e oito, ao longo de seis rodadas de alargamentos (OTAN, 2013b, p.1).

Além da preservação da OTAN, a nova ordem, formada depois da Guerra Fria e da dissolução do Império Soviético, deveria continuar investindo no projeto de aprofundamento da integração europeia. A UE foi criada para fortalecer o continente e torná-lo mais coeso e cooperativo (PECEQUILO, 2005, p.295). Alinhada com as políticas da OTAN, a UE passa por processos regulares de ampliação e desde a sua fundação em 1958 – em que era formada apenas pelos seis fundadores originais: Alemanha, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Países Baixos– admitiu mais vinte e um membros. Assim, a instituição apresenta atualmente vinte e sete membros. Depois de lançadas as candidaturas para a entrada na UE, é exigido que os futuros membros se adaptem e se harmonizem aos padrões democráticos, econômicos, legislativos e comerciais da União, o que está diretamente alinhado com os objetivos norte-americanos para a região.

Conforme publicado pela OTAN (2013c) é muito provável que, nos próximos anos, o seu relacionamento de maior importância seja com a UE, uma vez que estas reforçam mutuamente as suas capacidades em matéria de segurança e integração no continente europeu. Trabalhando em conjunto, a OTAN e a UE podem assumir uma força poderosa tanto para a prevenção de conflitos quanto para a gestão de crises, por exemplo. Os processos de alargamento, pelos quais as duas já passaram, normalmente seguem padrões semelhantes e acontecem em espaços próximos de tempo, o que mantém a coesão entre estas organizações.

### **O CENÁRIO IDEAL: OS PAÍSES BÁLTICOS**

Nem todos os países do Leste Europeu aceitaram da mesma forma a influência norte-americana, tendo reagido de formas distintas e fazendo com que o processo de ocidentalização tenha ocorrido em diferentes níveis e velocidades. Conforme Tsygankov (2001), existem explicações que vão além das condições do mercado internacional, da estrutura de poder ou das instituições políticas de cada nação, que justificam essas variações de comportamento. A disposição dos países em voltar suas coalizões e engajamentos – com maior ou menor força – aos países que antes eram seus inimigos, estaria ligada à existência de identidades nacionais. Para os Estados Unidos, uma forte identidade nacional faz parte das condições ideais para o recebimento da sua influência e para a integração do Leste Europeu com o Ocidente, através da estruturação de alianças.

Uma variação substancial na força das identidades nacionais de cada país recém-formado seria a razão central para a dimensão das diferenças nas políticas estruturadas na Europa Oriental independente. Quanto mais forte é a identidade, maior a probabilidade do país se distanciar do ex-império e enviar as suas ações para o lado oposto. No caso do Leste Europeu, os objetivos seriam voltados para longe da Rússia e na direção do Ocidente. De acordo com a disposição e a força com que as populações das novas nações se consideram desassociadas do ex-império e identificam os seus próprios países como entidades independentes e não imperiais, serão definidos os objetivos, as primeiras associações e posicionamentos externos de cada país (TSYGANKOV, 2001).

Ainda conforme Tsygankov (2001), a formação da identidade nacional está ligada às noções de memória nacional, às percepções culturais com relação à ex-

metrópole e a tudo o que antes representava a parte externa e oposta ao Império. A noção de diferença e identidade confere estímulos adicionais aos países, os quais formam e desenvolvem mais rapidamente um nacionalismo – que, por sua vez, orienta as ações e incentiva a busca pela consolidação da construção de uma nação soberana.

Os países Bálticos são o exemplo mais extremo de dissociação, entre as novas nações independentes do pós-Guerra Fria, com relação à sua ex-metrópole, a Rússia. Neste sentido, estes países se afastam também de todos os engajamentos que interligam os Estados que formavam do Império Soviético e as suas zonas de influência direta – em outras palavras, organizações como a Comunidade dos Estados Independentes (CEI), que integra onze ex-membros soviéticos. Os três países Bálticos foram os primeiros a declarar as suas independências com relação à antiga superpotência e lideraram o grupo de ex-repúblicas soviéticas que deslocaram nitidamente as suas políticas econômicas externas para a direção contrária daquela antes imposta pelo Império, visando novos parceiros ocidentais (TSYGANKOV, 2001).

Os países Bálticos são exemplos de nações dotadas de identidades nacionais e políticas desenvolvidas. Ainda segundo Tsygankov (2001), antes de terem sido incorporados ao Império Soviético, em 1940, eles desfrutaram de aproximadamente vinte e cinco anos de independência nacional e, durante este período, desenvolveram a consciência de suas soberanias nacionais e do que representaria uma ameaça a elas – como a ameaça exercida durante a ocupação soviética. Estas noções fizeram com que os países Bálticos resistissem aos esforços do regime soviético para incorporá-los.

A experiência de independência vivida pelos Bálticos foi longa o suficiente para que as instituições domésticas de soberania crescessem relativamente fortes, fazendo com que estas nações desenvolvessem uma conexão com o mundo das nações soberanas. Dessa forma, o império soviético passou a ser percebido como uma ameaça à segurança nacional e dificilmente recebeu identificações positivas por parte de países como os Bálticos. O resto do mundo, por outro lado, se posicionava para o Báltico como menos perigoso e potencialmente amigável (TSYGANKOV, 2001). Assim explicar-se-ia, em grande parte, a inclinação ao Ocidente por parte dos países que passaram por processos semelhantes, sendo os Bálticos um extremo desse comportamento independentista.

As novas nações autônomas, Pós-Guerra Fria, podem ser classificadas em ao menos três distintos padrões de políticas econômicas internacionais: As leais ao ex-império, as independentes e aquelas que se posicionam como um meio termo, entre

essas duas. Os países cujas políticas externas são classificadas como independentes optaram por se tornar membros de pleno direito do sistema internacional de comércio e por firmar parcerias com países ocidentais (TSYGANKOV, 2001) – colaborando positivamente com a integração Euro-Atlântica, e mais especificamente, com os interesses dos Estados Unidos de aproximação com o Leste Europeu. Os países Bálticos se tornaram os mais fortes proponentes de políticas classificadas como independentes e, entre 1993 e 1994, já haviam assinado um número considerável de acordos com demais nações europeias, além de terem estabelecido as instituições domésticas necessárias para o lançamento de atividades econômicas orientadas para o mercado externo. Em 2004, os Bálticos efetivaram o objetivo de se tornarem membros da UE e da OTAN, aprofundando ainda mais o alinhamento e integração com países ocidentais.

Posicionamentos como o dos países Bálticos facilitam que seja exercida a influência vinda dos Estados Unidos, e demais países do Oeste, uma vez que os próprios países do Leste Europeu almejam participar de coalizões ocidentais e aceitam com facilidade as exigências que devem ser seguidas como requisitos para a consolidação dos processos de entrada em organizações internacionais como a OTAN e a UE. Com os interesses alinhados, as perspectivas para a expansão da integração Euro-Atlântica se tornam muito mais vastas, facilitando a formação de laços em diferentes esferas. Por esse motivo, os três países Bálticos representam o cenário ideal para a propagação dos ideais norte-americanos na região do Leste Europeu, configurando relacionamentos de mútua cooperação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conforme apresentado neste artigo, a integração Euro-Atlântica apresenta importância tanto para os Estados Unidos quanto para a Europa desde antes do período da Guerra Fria. Depois do desfecho desse conflito, a continuidade e a evolução da integração Euro-Atlântica revelou uma política externa norte-americana que ainda atribuía considerável importância para o continente europeu e, inclusive, para a região do Leste da Europa, que passou a ser abrangida e representada em acordos, negociações, diálogos e tratados internacionais de caráter Euro-Atlântico. Enquanto os países da Europa Oriental buscam se beneficiar da aproximação com o Ocidente, abrindo mão de determinados níveis de autonomia, bem como de características típicas de ex-repúblicas soviéticas, os Estados Unidos ganham aliados e parceiros na defesa de seus ideais, além

de manter contida a potencial ameaça representada pela Rússia através do controle exercido sobre as políticas e desdobramentos dos demais países da região.

Através da definição e da análise do conceito de integração Euro-Atlântica, os alargamentos da UE e da OTAN são identificados como os principais desdobramentos contemporâneos dessa integração. Depois da conceituação terminológica, foi realizada uma breve análise da política externa dos Estados Unidos após a queda do império soviético, com foco nas estratégias auferidas à Europa Oriental. A existência de uma nova ordem global trouxe questionamentos a respeito das próximas políticas e estratégias externas a serem adotadas no Sistema Internacional. Partindo dessa ideia, foi analisada a dinâmica da integração nos processos de alargamento da UE e da OTAN – que configuram parte das estratégias adotadas pelas nações no pós-Guerra Fria e da tendência de multipolarização –, considerando as influências e os objetivos norte-americanos com relação aos novos membros. Por fim, e visando compreender os diferentes comportamentos assumidos pelos países do Leste Europeu, o caso dos três países Bálticos foi apresentado, representando o cenário ideal para a propagação dos ideais de liberdade, democracia e livre mercado, defendidos historicamente pelos Estados Unidos.

Existe um alinhamento entre a política externa dos Estados Unidos, os interesses norte-americanos e as ampliações organizacionais contemporâneas supracitadas. A Europa sempre representou uma aliada natural e importante dos Estados Unidos. O fato de não mais existir a ameaça soviética não provocou mudanças radicais nas estratégias norte-americanas para a Europa Oriental e os Estados Unidos continuaram exercendo influência nos países daquela região. Assim sendo, ao promover a ampliação das coalizões cooperativas não apenas estão sendo aproximadas as novas nações como também está sendo mantida cercada e controlada a maior herdeira do antigo império soviético, a Rússia. Buscando manter a nova ordem e o seu poder no Sistema Internacional, os Estados Unidos passam a atuar e se alinhar na busca pela prevenção do surgimento de nações poderosas que possam ameaçar os seus ideais, objetivos e posicionamentos.

Conforme pode ser observado na apresentação do caso dos países Bálticos, a existência de identidades nacionais contribui para a definição das políticas externas das ex-repúblicas soviéticas. Neste contexto, quanto mais forte for a identidade nacional e a noção de independência e soberania de uma nação e da sua população, maiores são as probabilidades de este país assumir um posicionamento contrário à aquele adotado pelo

seu ex-império. Assim sendo – no caso do Leste da Europa – quanto mais desenvolvida for a identidade nacional de um país, mais este país visará se aproximar do Ocidente e umas das formas de promover esta aproximação é através de engajamentos multilaterais, de integração e cooperação, nos quais são compartilhados ideais, objetivos, perspectivas e estratégias que estão de acordo e se encaixam com as propostas norte-americanas e sua política externa.

A política externa dos Estados Unidos para o Leste Europeu vem ampliando os caminhos da integração Euro-Atlântica, bem como as possibilidades de alinhamento e atuação conjunta. Os desdobramentos futuros permitirão novas análises com relação ao nível cooperativo do Sistema Internacional e, mais especificamente, proporcionarão a percepção do posicionamento da Rússia, que pode buscar maior aproximação ocidental, como fizeram os seus países vizinhos. Por outro lado, ela também pode almejar formar um contraponto aos alinhamentos democráticos e liberais, e trazer à tona um novo jogo de disputas por zonas de influência. Enquanto estes desdobramentos não mudam os seus rumos, os Estados Unidos se aproveitam da expansão dos seus objetivos através das teias cooperativas que ajuda a formar. E, dessa forma, mantém diversos países interligados e correlacionados nos mais diversos âmbitos, sendo a Europa uma das principais aliadas na estruturação das instituições de caráter integrativo e uma das regiões, histórica e contemporaneamente, mais dependentes e afetadas pelas atuações norte-americanas.

## REFERÊNCIAS

BRZEZINSKI, Zbigniew. **The Grand Chessboard**. New York: Basic Books, 1997.

BENNETT, Christopher. Building effective partnerships. **NATO Review 2003**. Bruxelas: OTAN, 2003. Disponível em: <<http://www.nato.int/docu/review/2003/NATO-Strategic-Partners/Building-effective-partnerships/EN/index.htm>>. Acesso em 10 mai. 2013.

FÓRUM DE BRUXELAS. **The Future of Euroatlantic Integration**. Bruxelas, 2013. Disponível em: <<http://brussels.gmfus.org/the-future-of-euroatlantic-integration/>>. Acesso em: 10 mai. 2013.

GEOANA, Mircea. **Romania: Euro-Atlantic Integration and Economic Reform**. Fordham International Law Journal, New York, v. 21, n.2, 1997.

IKENBERRY, G. John. **Rethinking the Origins of American Hegemony**. Political Science Quarterly, New York, v.104, n.3, 1989.

ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE. **Partnership for Peace**. Bruxelas: OTAN, 2013a. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/SID-DDA134CA-95824B07/natolive/topics\\_50349.htm](http://www.nato.int/cps/en/SID-DDA134CA-95824B07/natolive/topics_50349.htm)>. Acesso em: 24 mai. 2013.

\_\_\_\_\_. **NATO Enlargement**. Bruxelas: OTAN, 2013b. Disponível em: <[http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics\\_49212.htm?selectedLocale=en](http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_49212.htm?selectedLocale=en)>. Acesso em 10 mai. 2013.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

STIMSON, Henry L. **The Challenge to Americans**. Council on Foreign Relations, New York, 1997.

THE WHITE HOUSE, Foreign Policy. **National Security Strategy**. Washington, 2010. Disponível em: <[http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss\\_viewer/national\\_security\\_strategy.pdf](http://www.whitehouse.gov/sites/default/files/rss_viewer/national_security_strategy.pdf)> Acesso em: 30 mai. 2013.

TSYGANKOV, Andrei P. **Pathways After Empire: National Identity and Foreign Economic Policy in the Post-Soviet World**. Boston: Rowman&Littlefield, 2001.

UNIÃO EUROPEIA, Serviço Europeu para a Ação Externa. **The New Transatlantic Agenda**. Bruxelas: UE, 2013. Disponível em: <[http://eeas.europa.eu/us/docs/new\\_transatlantic\\_agenda\\_en.pdf](http://eeas.europa.eu/us/docs/new_transatlantic_agenda_en.pdf)>. Acesso em: 5 jun. 2012.

WALT, Stephen M. **The Origins of Alliances**. New York: Cornell University Press, 1990.